

A quinta Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Turismo da Cidade de Ubatuba iniciou-se às 16h15min (dezesesseis horas e dezesesseis minutos, do dia 29/08/2018 (Vinte e Nove de Agosto de Dois mil e Dezoito), por não ter havido quórum na primeira chamada realizada às dezesesseis horas. Ocorreu em sala na SETUR, Secretaria Municipal de Turismo de Ubatuba, localizada à Avenida Iperoig, 214, Centro, Ubatuba. Marcos Roberto dos Santos, suplente do Presidente do Conselho, abriu a reunião. Informou que o Senhor Secretário de Turismo e Presidente do Conselho Municipal de Turismo, Luiz Bischof, não compareceu por estar em férias. Informou ter recebido antes do início da reunião pedido da Associação Coaquira de Guia de Turismo, Monitor e Condutor de Ubatuba, para que fosse lida uma carta ao Conselho. Felipe Siqueira ponderou que deveria seguir a Pauta, que já estava definida, com medo de não haver tempo de se tratar de todos os assuntos dentro do tempo previsto da Assembléia. Flávia sugeriu que, caso houvesse tempo disponível, que a carta fosse lida ao final da reunião, todos concordaram, com o voto contrário do Conselheiro Felipe. A reunião seguiu conforme pauta. **1 – Informes sobre a Lei do Setor Náutico e Lei Cama e Café, com a presença da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos.** Marcos Roberto leu carta do Dr. Antero, do Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal, em que o mesmo atualiza o Conselho sobre a situação da Lei Cama e Café, em que salienta que por agenda da Promotoria Pública haveria uma reunião entre o MP e a Prefeitura somente em dezoito de setembro. Lembrou ainda que a última Sessão da Câmara Municipal está prevista para onze de dezembro, data limite para aprovação da Lei. Natália Ribeiro do Valle, que fez parte do Grupo de Trabalho criado para a elaboração da nova lei, pede a palavra informando a todos que a mesma estava há três meses no Departamento Jurídico da Prefeitura para análise, após ter sido criada a minuta no Grupo de Trabalho da Lei Cama e Café, e de lá para cá não haviam novidades, lembrando que há urgência de ser aprovada sessenta dias antes de trinta e um de dezembro, que é o prazo previsto para a regulamentação da mesma, para que a lei passe a valer já no primeiro dia de janeiro do próximo ano. **2 – Próximos encaminhamentos do Plano Municipal de Turismo.** Marcos Roberto lamentou que o Senhor Thiago Ferrarezi, Sócio Administrador da URBATEC, não tenha comparecido à Reunião, mas leu um ofício que o mesmo enviou no dia vinte e seis do corrente mês. Neste ofício, o Senhor Thiago solicita, em resumo, uma nova agenda: Nova reunião entre dez e catorze de setembro com Secretários da Prefeitura; apresentação dos resultados ao Conselho em vinte e seis de setembro e realização das Audiências nas três regiões entre os dias quinze e dezoito de outubro e uma Audiência Pública final em vinte e quatro de outubro. Mais uma vez os presentes se manifestaram em desacordo com a situação, uma vez que esta apresentação final só tem sido adiada. O Dr. Antero chegou a reunião às 16:27 (Dezesesseis horas e vinte e sete minutos), pedindo desculpas pelo atraso. Pediu a palavra, já informando inicialmente que a Lei do Setor Náutico já estava para ser encaminhada ao Legislativo, e que tudo corria bem. Comentou que leis como a da Taxa Ambiental e a Cama & Café estavam sendo revistas sob o crivo do Ministério Público. Foram enviadas uma série de recomendações para sanar alguns vícios da lei Cama & Café, para que não fossem contestadas e pudesse estar eivada de Atos de Inconstitucionalidade. Natália Ribeiro se manifestou preocupada com os prazos, lembrando ao Dr. Antero que o prazo para aprovação da Lei, para esta passar a valer já em primeiro de janeiro de Dois mil e dezoito, era trinta e um de outubro, e não a última Sessão da Câmara Municipal. Doutor Antero informou saber que, apesar do prazo exíguo, haveria um compromisso do Presidente da Câmara para pôr a Lei para aprovação em pauta de imediato. Antero se

Avenida Iperoig 214 Centro – Ubatuba-SP CEP 116800-000

cmt.ubatuba@gmail.com

propôs a tentar antecipar a data da Reunião da Prefeitura Municipal com o Dr. Henrique, Promotor Público, comentando que o mérito está sendo visto com bons olhos pelo Ministério Público. Marcos Castro sugere que o Conselho poderia enviar ofício ao Ministério Público solicitando outra data anterior à dezoito de Setembro. Todos concordaram. Marcos Roberto que presidia a Reunião se propôs a escrever o ofício já no dia seguinte. Natália sugeriu ainda que o próprio Marcos Castro assinasse e protocolasse o documento em nome do Conselho Municipal de Turismo e assim ficou combinado. Marcos Roberto pediu autorização para inverter a ordem dos itens da Pauta, o que foi acatada por unanimidade dos presentes. **3 – Informe sobre Ofício do DAESP.** Como houve anteriormente negativa na destinação de verbas do DADETUR ao Centro de Convenções, e a Prefeitura Municipal indagou a razão, Marcos Roberto leu à todos diversos documentos referentes às consultas feitas pela Prefeitura ao Governo do Estado e ao DAESP. Em resumo, o Prefeito Sato em vinte de abril solicitou ao Governador Márcio França a doação definitiva do terreno onde está construído o Centro de Convenções. O pedido foi no entanto negado pois o terreno em questão teria feito parte da recente concessão ao consórcio VoaSP, como se fizesse parte ainda da área do aeroporto, embora tenha havido em primeiro de julho de Dois mil e quatorze a renovação da cessão de uso da área por mais quinze anos, ou seja, até o ano de Dois mil e vinte e nove. Como no momento o entendimento é de que o terreno não pertence nem está concedido ao Município, mas está sim, concedido ao Consórcio VoaSP, o DADETUR não pode destinar a verbas para o Centro de Convenções. Demonstrando perplexidade, finalizou suas ponderações. Os conselheiros não se manifestaram acreditando que esse imbróglia há de se resolver em breve, pois não faz sentido o Estado ter aberto concessão pública de uma área que já tinha cessão de uso ao Município. **4 – Informes do processo de capacidade de suporte da Ilha das Couves – MFP.** Marcos Roberto pediu desculpas pelo Senhor Marcos Presidente da Associação do Setor Náutico não poder ter participado da recente reunião com o Ministério Público Federal realizada no Centro de Visitantes do Núcleo Picinguaba, a pedido da Presidente da Associação dos Moradores da Vila de Picinguaba. Informou que após a Reunião do dia vinte e quatro de agosto, a comunidade pediu um novo prazo ao Ministério Público para se adequar às condicionantes, pois “não sabiam como fazer”. Informou ainda não acreditar que tudo se resolva já na próxima temporada, até mesmo porque, até lá não haverá definição do ordenamento para o destino para que se atenda a Capacidade de Suporte que no trabalho técnico chegou ao número de cento e setenta e sete pessoas, bem como a aplicação de multas e demais medidas como a fiscalização a cargo de que órgão e o acesso à Ilha. Natália narrou recente experiência em Foz do Iguaçu, em que um Parque que ela frequentava na infância hoje se encontra bem diferente, com controle de acesso, após parceria com a iniciativa privada. Evelyn comentou que este caso se enquadraria no terceiro cenário possível vislumbrado pelo MP para o futuro da ilha que seriam a concessão para a Iniciativa Privada, sendo o proposto em primeiro cenário a assinatura de um Termo de Ajuste de Uso Sustentável e o segundo a criação de um Parque Municipal de Proteção Integral. Piter, Conselheiro do Setor Náutico, comentou que, embora haja necessidade de investimentos, deverá haver dinheiro suficiente a ser arrecadado pela comunidade, devido ao grande número de pessoas que desejam conhecer a Ilha, e que bastaria saber destinar o dinheiro para o devido investimento. Marcos Roberto disse que a Comunidade pediu que a Reunião fosse para o dia vinte e quatro de setembro para que eles tivessem um mês para apresentar um Plano Emergencial ao MPF. Salientou ainda que a comunidade tem olhado o

Avenida Iperoig 214 Centro – Ubatuba-SP CEP 116800-000

cmt.ubatuba@gmail.com

Processo de forma individual e não coletiva e que eles precisam de atenção por parte dos Poderes Municipal, Estadual e Federal para se organizarem, pois segundo a própria Procuradora Federal, esse TAUS em Ilha é Pioneiro no Brasil. **5 – Leitura da Carta da Associação Coaquira.** Marcos Roberto explica à todos inicialmente que houveram mudanças no quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Turismo, ocorrida em julho, e que a Reforma Administrativa, perdeu um cargo. Felipe Siqueira comentou que ainda assim, a Secretaria dispunha de poucos funcionários e sugeriu a contratação de estagiários, ao que a Sra. Marcela Pedro da Associação Coaquira, lembrou que algumas atividades não podem ser tocadas por estagiários, por serem mais técnicas, o que Felipe concordou. Procedeu-se então à leitura da Carta da Associação Coaquira, assinada por seu presidente, o Senhor Elvis Zuim, e endereçada ao Secretário Municipal de Turismo Luís Bishof. Na Carta de Repúdio, em resumo, a Associação demonstra insatisfação com a contratação do Senhor André Diniz. Após a leitura, Elvis, ao final da reunião, discursou dizendo não ter nada contra a pessoa do Senhor André, mas que após recente contato com o Prefeito esperava outro nome para ocupar o referido cargo, que estava pressionando e continuaria pressionando, esperando que isto servisse como incentivo à execução de um bom trabalho, onde o indicado por duas vezes foi advertido pela Associação por práticas irregulares a Profissão o que acabou pela decisão de André, em se afastar da Associação Coaquira. Sem mais, a Reunião se encerrou às dezessete horas e quarenta e oito minutos. Data para próxima reunião Ordinária dia vinte e seis de setembro de Dois mil e dezoito, na Secretaria Municipal de Turismo, sito à Avenida Iperoig, 214, Centro, às dezesseis horas.